

5

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA**

**SESSÃO REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023**

**ATA NÚMERO TRINTA E OITO**

10 Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e onze minutos, teve lugar a 2ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 16 de novembro de 2023, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa e a 2ª Secretária, Dália Miranda Eira.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Tiago Filipe da Costa  
20 Braga, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim Silva Teixeira, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Espanhol,  
25 João Emanuel de Gouveia Martins, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituídos pelo elemento disponível, os seguintes deputados municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Bruno Miguel de Oliveira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por João Pedro Ferreira Martins, José Fernando Santos Almeida,  
30 substituído por Júlia Dorinda Sampaio, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por João Emílio Santos Carvalho de Almeida, Nelson Martins da Silva, substituído por Joana Nobre Macedo Ferreira Leite, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto, André Araújo Ferreira, substituído por Beatriz Russo e Silva, e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.-----

5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído nos termos da Lei pelo seu representante legal, os seguintes Presidentes de Junta: Alcino de Sousa Lopes, justificou a falta, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, substituído por Domingos Martins Oliveira e Manuel Paulo de Jesus Lopes, substituído por Mário Vicente Reis.-----

10 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores(as): Dário Soares Freitas da Silva, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Esteve ausente a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores(as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Paula Cristina Martins Carvalhal.-----

15

**Ponto 1 – Público** -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início aos trabalhos,** dando nota de ter 2 munícipes inscritos pelo que de seguida deu a palavra aos mesmos. -----

20

**Senhora Sara Domingues (Freguesia de Canelas)** começou por agradecer ao senhor presidente da Câmara por ter disponibilizado algum do seu tempo para intervir e resolver a questão da fuga da água na via pública, os canos foram reparados no início de setembro, tendo sido a única coisa a ser reparada, os buracos continuavam e cada vez que chovia enchiam-se de água e tinha dificuldade para entrar em casa. Em dezembro, disse ter solicitado a intervenção da câmara para reparação da rampa de acesso à garagem, fez várias insistências ao longo desses meses e até à data o problema continuava. Vinha à câmara e o que lhe diziam era para fazer novos documentos, novas insistências. Questionou o senhor Presidente se efetivamente fizeram a reparação dos danos na via pública, porque continuava, conforme disse em assembleia, disposta a levar o processo para o Ministério Público e novamente para a ASAE. Disse que a sua pergunta não tinha qualquer tipo de segunda intenção, mas que gostaria de saber quando é que iriam resolver a situação e o que pessoalmente tinha de fazer, porque na sua opinião já teria feito tudo o que era possível. Pediu que fosse esclarecida. -----

30

**Senhor Carlos Cordeiro (União de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso),** na sua intervenção disse estar em representação própria, mas também em representação não oficial dos seus vizinhos. Disse ter

35

5 adquirido um apartamento há sensivelmente 2, 3 anos, na rua Dom Pedro V, junto à rotunda, e que era  
uma rua transversal à rua Dom Pedro V, que teve a denominação oficial, rua sem denominação oficial  
apoiada na rua Dom Pedro V, esta era uma denominação oficial sem código postal. Aconteceu que no ato  
da escritura, a denominação oficial mantinha-se a mesma. Passados 5 meses e após ter sido feita uma  
10 exposição, em junho, sobre a situação, a designação oficial era a mesma e ainda sem código postal  
atribuído. A compra de casa, além de ter sido um investimento grande, tem um processo burocrático  
enorme quando o fazem sem uma morada, torna-se muito mais complicado, ou seja mudar a morada no  
cartão de cidadão, na carta de condução, ir às Finanças pedir a isenção temporária de IMI torna-se  
impossível, porque não há uma coincidência entre moradas. Além daqueles processos burocráticos, o  
próprio dia a dia torna-se complicado, cartas e encomendas não são entregues em casa e, acima de tudo e  
15 mais importante, não havendo uma denominação oficial na rua, não há iluminação, não há segurança, não  
há conforto. Nenhum dos habitantes, dessa rua, por exemplo, saem à rua com uma criança ou com um  
animal de estimação. O objetivo ali era expor a situação, uma vez que já tinha feito uma exposição à  
Câmara Municipal e o vereador responsável prometeu agilizar o processo junto da Gaiurb e da Junta de  
Freguesia de Mafamude, e como tal gostaria de receber feedback sobre o estado do processo. -----

20

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** agradeceu as intervenções,  
relativamente à primeira questão, disse que tinha havido de facto, uma intervenção, mas que enquanto  
não conseguisse impedir que camiões pesados lá transitassem, nunca se iria conseguir ter uma situação  
tranquila. Quanto à questão dos buracos era verdade que nos últimos meses, o tempo não ajudava, era  
25 verdade que a Junta de freguesia ficou de resolver o assunto, logo que o tempo permitisse e que em breve  
teríamos a conclusão do processo. Deixou ainda esclarecimento às restantes questões da senhora  
municípe. Relativamente ao municípe Carlos Cordeiro, disse que o município tinha a prerrogativa que era  
permitir através de uma licença provisória que os empreiteiros pudessem fazer as escrituras com os  
clientes, primeiro, porque os empreiteiros tinham interesse em fazer as escrituras para receber dinheiro e  
30 depois, os clientes tinham interesse em assinar as escrituras para poderem habitar e essas licenças  
provisórias decorriam de uma vistoria provisória. Que, de facto, existiam uma série de questões que não  
estariam resolvidas, e por isso, ser uma vistoria provisória e não definitiva. Essas pessoas que são ajudadas,  
são as que se questionam por que razão é que ainda não está a luz ou falta o nome da rua. Se fizessem  
apenas a emissão da licença definitiva, provavelmente os proprietários ainda não estariam a morar lá e  
35 naquele momento não se estariam a queixar. O que tentaram fazer era ajudar, claro que fica a faltar o  
nome da rua, entre outras coisas mas presumiam haver uma compreensão a bem dos próprios, porque  
para a câmara era igual dar licenças provisórias ou licenças definitivas. A definitiva seria dada quando  
estivesse tudo direitinho e a provisória só ajudava, os empreiteiros e os clientes dos empreiteiros. Disse,

5 não ser o primeiro caso, de pessoas que beneficiando dessa tolerância da Câmara, acabavam por, não seria  
o caso, do ponto de vista figurativo, acabam por se “atirar” a quem os ajudou. Deixou os devidos  
esclarecimentos, nomeadamente, a quem competia atribuir a denominação dos arruamentos que seria, de  
facto, a Junta de freguesia, quando o processo estava na fase final, a Junta de freguesia era contactada,  
formalmente, para sugerir um nome, a toponímia é uma responsabilidade da Junta de freguesia, o  
10 município só tinha direito de veto. Esperava que em breve estivesse tudo resolvido, porque para a câmara  
também é importante, embora esteja ali uma zona que não é propriamente uma zona obscura e recôndita,  
com uma luz e transformavam aquilo numa zona muito airosa. -----

**Ponto 3 - Período de “Antes da Ordem do Dia”** -----

15

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** disse haver 2 Votos de Recomendação da Iniciativa Liberal e  
1 Voto de Recomendação do Bloco de Esquerda, tendo os Senhores Deputados apresentado o seguinte: ----

**Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** apresentou um **Voto de Recomendação**, “Segregação do Canal  
20 Metroviário na Avenida da República” (**Vide anexo 1**) e um **Voto de Recomendação**, “Instalação de  
Coberturas Integrais nas Estações de Jardim do Morro, General Torres, Câmara Gaia e Vila D’Este”, (**Vide  
anexo 2**). -----

**Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE)** apresentou um **Voto de Recomendação**, “Mais atenção à  
poluição do ar”, conforme documento em anexo (**Vide anexo 3**).-----

25

**Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** pediu alguns esclarecimentos e que quanto à Recomendação do BE,  
considerava que todos estariam preocupados com a poluição do ar. Disse que aquela proposta era um  
pouco vazia e inócua, apesar de ir votar favoravelmente, questionou a que se referia à parte da cidade.  
Porque a área da cidade de Vila Nova de Gaia, não era só a Avenida da República, a área da cidade de Vila  
30 Nova de Gaia, se não estava enganado ia até Canelas, até à Madalena e, por isso, teriam de perceber o que  
é que queríamos medir e que impacto é que queríamos ter. Aquela proposta faria algum sentido, mas  
uma das cidades que existe em Portugal com algumas restrições é a capital, Lisboa e mesmo aí estava  
assegurada uma mobilidade, existiam várias respostas desde a Carris, metro, elétrico, comboio e em alguns  
casos mesmo a ligação de barco. Considerou que também teriam de ter o cuidado quando tomavam  
35 algumas medidas destas. Não podíamos ser tão ambientalistas e depois castrarmos a vida das pessoas e os  
impactos que causam às mesmas, a resistência à mudança é muito complicada e o exemplo melhor era o

5 que estava a acontecer com o Metro Bus em que, provavelmente, não anda ao ritmo que se queria. Sobre  
as 2 propostas da IL, quanto à Segregação do Canal Metroviário, disse desconhecer o Metro que se fala,  
mas que conhecia o de Vigo e Bruxelas e não existia nenhuma dessas barreiras de proteção. Referiu que na  
sua viagem de carro e por falta de civismo das pessoas, quase atropelava 2 ou 3 pessoas questionando se  
também se iriam fazer barreiras, junto aos passeios, para evitar que as pessoas sejam atropeladas. Disse  
10 que não poderíamos cair no exagero, pois pensou tratar-se de uma solução com utilização de árvores, mas  
que o que naquele documento estava mencionado eram gradeamentos metálicos. Sobre a questão das  
coberturas das estações, o conforto para as pessoas que são utilizadores do Metro, é necessário que tudo  
seja feito para melhorar e devemos estar atentos a isso. Questiona, quanto ao croqui que vê, o que  
pretendem em concreto, uma estação com 70m, 30m, qual o impacto ambiental da medida que estão a  
15 defender para essas estações e já não referia a parte do montante em causa. -----

**Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** relativamente às questões respondeu que a IL no Voto de  
Recomendação, referia aquilo que era a posição do ex-vice-presidente do Município de Gaia, Firmino  
Pereira, os batimentos metálicos têm a sorte de ser bastante versáteis e adaptativos e podem  
contemplar trepadeiras, elementos arbóreos que conseguem ocultar e minimizar aquilo que é um efeito  
20 estético nefasto na Avenida da República com aquele tipo de propostas. Exemplo disso é a Via Eng. Edgar  
Cardoso que tem precisamente no separador central gradeamentos metálicos com heras e com  
trepadeiras. Insistiu que podemos mudar as coisas e se queremos mitigar o risco de atropelamentos,  
melhorar a velocidade comercial do Metro do Porto e melhorar a sua segurança, isso num quadro nas  
intervensões futuras previstas pela Câmara Municipal Gaia que prevê utilizar túneis desativados para  
25 diminuir o número de cruzamento de veículos na Avenida da República, apesar de o aumento da frequência  
da passagem Metro do Porto dos atuais, 2, 5, 6 minutos, para cerca de 3 minutos. Quanto à questão das  
coberturas o objetivo seria utilizar a totalidade do cais da estação do Metro do Porto, os cais das estações  
de Jardim do morro, Câmara e General Torres, tem cerca de 3 metros por 70 metros de comprimento  
estando ocupados apenas por um abrigo pequeno de 10 metros, similar a um abrigo de autocarros. O  
30 objetivo seria capitalizar e utilizar a totalidade do cais existente, portanto, os 270 metros quadrados, de  
ambos os lados, quer no cais oeste quer no cais nascente dessas estações, sob o ponto de vista de permitir  
que as pessoas consigam aguardar pelo Metro com alguma condição de dignidade permitindo que as  
pessoas em dias de muita chuva não sintam tentação de ir apanhar o carro porque não se querem  
molhar. -----

35 **Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE)** para esclarecer o deputado Paulo Martins disse estar  
preocupado com a malha urbana mais densificada, mas a sua preocupação estaria de facto, onde se  
concentra mais população, mas que seria de acordo no aspeto de não se cair em extremismos e que  
estavam no bom caminho, não só pelo aumento da resposta da Metro do Porto no território como também

5 na questão do metro Bus, portanto, estávamos a dar passos significativos, nesse sentido e, tendo em conta toda aquela conjuntura fazia sentido estarem preocupados também com aquela situação. -----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** pediu para intervir naquele ponto que, era um ponto que raramente o município intervinha por entender que é um ponto que diz respeito às grandes questões programáticas e que a assembleia resolve trazer à câmara e em muitos casos tem sido, altamente frutíferas e neste caso em concreto pediu que apenas se pudesse visualizar uns dados. Referiu não ser um perito, mas gostava de dar conta de algumas consequências para que, no fundo, uma proposta que é de tal maneira elaborada conceptualmente, pudesse adaptar-se ao nosso território. Sobre paragens, disse não perceber nada, mas disse não saber se uma solução de pérgula era capaz de resolver. -----

O senhor Presidente da Câmara deu conta dos estudos que tinha feito para demonstrar as consequências daquilo que os deputados iam votar e aprimorar naquilo que podiam votar de forma que a cidade fique mais embelezada. Deu exemplos, mostrando imagens do Metro de Matosinhos, Estrasburgo, Montpellier e que naquele conjunto de exemplos, ajudasse a refletir naquilo que pretendiam para a cidade e que no fundo, o que pretendia era que Vila Nova de Gaia fosse um sistema fluido de circulação. Questionou se alguém se imaginaria a votar favoravelmente aquela proposta com uma cidade com gradeamento. -----

20 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** deu nota que não iria ali para criticar, mas para elogiar e parabenizar o senhor Presidente. Disse não saber que era assim tão proficiente das ferramentas áudio visuais que aquela Assembleia Municipal possuía, inclusive do power point e montagens de imagens, questionando de seguida se os deputados poderiam igualmente usar o projetor para mostrar ao público que beneficiaria em ver aquilo que foi os seus desenhos propostos no Voto de Recomendação. Quanto à apresentação achou não de tratar com seriedade o partido PAN, pela colação de ovelhas e que aquele discurso não promovia a discussão saudável de ideias. -----

**Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,** pediu ao senhor deputado o sentido de objetividade naquilo que era o essencial. -----

30 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** continuou e disse que os projetos apresentados não eram de metro, mas exemplos de tramway franceses e questionou o executivo se Nantes ou Estrasburgo tinham troços subterrâneos. Disse que a IL, o que propunha era uma medida de mitigação de exemplos menos bonitos da cidade. -----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** deu nota que o senhor deputado afinal não tinha imagens na sua proposta e que tinha feito perder 10 minutos à procura de imagens, quando na

5 verdade não existiam. Quanto ao dito do senhor deputado da colação de ovelhas, disse que o fez apenas para mostrar a vegetação na rede e que nada teria a ver com o PAN. -----

**Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,** questionou o senhor deputado se teria imagens que pudessem ser projetadas. -----

10

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** disse que perante uma proposta, temeu que pudesse passar despercebida e como tinha respeito pelas pessoas, leu as propostas. O senhor presidente de Câmara verificou com os serviços, se o que estava a propor faria sentido, porque se o que estava a propor fizesse sentido, o PS e o PSD teriam de aprovar. Podíamos não ter dinheiro para fazer, mas, pelo menos, ficava com o deputado. Invocou o vereador Firmino que não fez uma única proposta e a única coisa que disse foi “a Metro que resolva e que arranje uma solução”. O presidente da Câmara, verificando a solução que o deputado trouxe, operacionalizou-a. Montou duas imagens, um metro e meio de altura no único sítio onde era possível pôr os ferros. Mostrou o resultado da proposta do deputado. Sugeriu ao senhor deputado que retirasse a sua proposta por 15 dias e colocasse no Twitter ou no jornal gaiense um referendo para o povo votar na mesma, não um referendo institucional, mas de uma sondagem às pessoas. Terminou dizendo que se o senhor deputado tinha o direito de propor redes no meio da Avenida, e como tal também tinha o direito de trazer a imagem para mostrar que aquilo que o deputado estava a propor não tinha nexos nenhuns. -----

**Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** quanto à sessão passada, em que o senhor presidente não esteve presente, os partidos políticos requereram a possibilidade de fazer uma intervenção política sobre a condenação em 1ª instância, do senhor Presidente, onde naturalmente, muitos partidos intervieram eu inclusive, a única coisa que disse relativamente ao facto, foi que à justiça, o que é de Justiça, mas isso não deixa de ser uma machadada na credibilidade das instituições democráticas gaienses junto dos seus Stakeholders, junto dos seus credores. Referiu ainda que não se podia responsabilizar por todas as estruturas locais e nacionais da IL por tudo aquilo que diziam relativamente ao senhor Presidente da Câmara. Questionou se alguma vez o tinha insultado e que jamais insultaria. O senhor Presidente fez uma bela simulação daquilo que poderia ser um projeto que propunham, o senhor presidente apresentou um contra-argumento bastante sério e convincente. O Senhor Presidente ao colocar arames farpados, madeiras, árvores de Natal, ovelhas e referir o PAN só estraga pontos a seu favor. Disse ser um deputado que apenas quer aportar valor a Vila nova de Gaia, identificou um problema que não é resolvida há anos e que já ceifou vidas e causou feridos graves. Terminou a intervenção a dizer que pedia alguma coerência e

5 congruência naquilo que é o perfil de circulação daquele sistema de transportes que era o sistema de transporte de referência da área metropolitana do Porto. -----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** começou por dizer que o senhor deputado há 2 anos que estava naquela Assembleia e que o alvo da chacota era o presidente da câmara. Fosse nas suas intervenções, fosse nos maravilhosos twitters. Disse que se o deputado dizia que não tinha nada a ver com o que a Iniciativa Liberal fazia a nível nacional ou internacional, ele presidente de Câmara também nada tinha a ver com o que o PS fazia a nível nacional. -----

O deputado propôs vedar a Avenida da República como 2 redes, 1 de cada lado. O presidente respondeu que se registava um morto por ano. Ao atravessar de um passeio para outro, sem ser por causa do metro, há mais atropelamentos do que dentro da faixa do metro. Se também queria vedar os passeios. 15 Continuou dizendo que pensava que iriam propor uma ação de sensibilização, uma coisa onde poderiam estar juntos, sensibilizar o povo de que não podia atravessar fora da passadeira. Respeitava a opinião do deputado, mas o seu objetivo era apenas trazer á assembleia uma imagem que mostrasse o que é que significava a proposta e, no mínimo pedir-lhe que não quisesse aquilo para a cidade. -----

20 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou os três Voto de Recomendação à votação.** -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, “Segregação do Canal Metroviário na Avenida da República”. -----

25 **Votação: Rejeitado por Maioria**, com 45 votos contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do CH), 01 voto a favor da IL e 01 abstenção do PAN. -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu à votação o Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, “Instalação de Coberturas Integrais nas Estações de Jardim do Morro, General Torres, Câmara Gaia e Vila D’Este”. -----

30 **Votação: Rejeitado por Maioria**, com 35 votos contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 da CDU), 01 voto a favor da IL e 11 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN). -----

35

5 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu à votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “Mais atenção à poluição do ar”.** -----

**Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL) e 01 abstenção do CH.** -----

10

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, pediu desculpa mas deu conhecimento ao Plenário que por razões imperiosas iria ter que sair e seria representado pelo Senhor vereador Dário Silva que desempenharia um papel de informação de tudo aquilo que os seus deputados quisessem.** -----

15

**Ponto 4 – Período da Ordem do Dia** -----

20 **Ponto 4.12. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Contrato-Programa 2024 – Instrumentos de Gestão Previsional 2024, a Celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e Águas de Gaia, EM, S.A., nos termos do artigo 47.º, nº 5 e nº 7 da Lei 50/2012 de 31 de agosto”.** -----

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.12.** -----

25 **Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE e 02 da CDU) 01 voto contra da IL e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 do PAN).** -----

30 **Ponto 4.13. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento de trabalhadores em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto na Carreira/Categoria de Assistente Técnico (animador) para suprir necessidades futuras e transitórias de pessoal nos Agrupamentos de Escolas do Município de Vila Nova de Gaia e Respetiva Designação do Júri”.** -----

35

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

10 **Ponto 4.14. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao 2º Procedimento – Lote 4 – Reformulação da Rede WI-FI em 102 Escolas – Encargos para os anos seguintes no valor de € 536.145,20 (quinhentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e cinco euros e vinte cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril”.** -----

15

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

20 **Ponto 4.15. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Instalação de Climatização no Centro de Alto Rendimento (Pavilhões: Ténis de Mesa e Taekwondo), Escolas Básicas/Jardins de Infância e Edifício dos Serviços Técnicos – 8º Procedimento – Acordo Quadro, Lote 2, Climatização e Ventilação – Encargos para os anos seguintes no valor de € 165.532,00 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril”.** -----

25

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15.** -----

30 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

**Ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Empreitada “Nova Piscina de Maravedi – Construção” – Reprogramação dos Encargos Financeiros, em**

5 cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repriminado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----

- Ano 2024 - € 2.749.854,23 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e três cêntimos) IVA incluído; -----
- Ano 2025 - € 4.124.781,36 (quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e um  
10 euros e trinta e seis cêntimos) IVA incluído; -----
- Ano 2026 - € 1.374.927,12 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete euros e doze cêntimos) IVA incluído”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. -----

15 Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

Ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos – Reprogramação dos Encargos Financeiros, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repriminado pela Resolução da AR 86/2011 de  
20 11 de abril, nos seguintes termos: -----

- Ano 2024 - € 2.583.750,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta euros) IVA incluído;
- Ano 2025 - € 3.445.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil euros) IVA incluído; -----
- Ano 2026 - € 861.250,00 (oitocentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta euros) IVA incluído”). ---

25 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.17. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

Ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público Internacional para Aquisição de Serviços de Formação, Segurança e Desenvolvimento de Atividades Aquáticas para o Município de Vila Nova de Gaia – Repartição dos Encargos, em cumprimento do art.º 22º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repriminado pela Resolução da AR 86/2011 de  
30 11 de abril, nos seguintes termos: -----

Rubrica: 2014 A 64 -----

- 5
- Ano 2024 - € 869.563,70 (oitocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e sessenta e três euros e setenta cêntimos) + IVA
  - Ano 2025 - € 1.633.158,80 (um milhão, seiscentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e oito euros e oitenta cêntimos)
  - Ano 2026 - € 704.744,50 (setecentos e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro euros e cinquenta cêntimos) + IVA

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.18. -----

- 10
- Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE e 02 da CDU) 01 voto contra da IL e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 do PAN). -----

- 15
- Ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal, das parcelas de Terreno, sitas na Rua do Fontão e Rua do Emissor, Freguesia de Canidelo a seguir identificadas: -----**

- Parcela J, sita na Rua do Fontão e Rua do Emissor, com área de 31,35 m2 a confrontar do Norte com a parcela K do Alvará 2/89, do Sul com Domínio Público, do Nascente com Lote 10 e do Poente com Lote 12; -----
- 20 • Parcela K, sita na Rua do Fontão e Rua do Emissor, com área de 22,10 m2 a confrontar do Norte com a Rua do Fontão, do Sul com parcela J, do Nascente com Lote 11 e do Poente com Lote 12 do citado Alvará; -----
- 25 • As referidas Parcelas de Terreno são a desanexar da área cedida ao Domínio Público no âmbito do Alvará 2/89 de 04 de janeiro, com destino a caminho de peões. São parte do descrito na 1ª C.R.P. sob o nº 358 da Freguesia de Canidelo, sendo omissas à matriz predial por pertencerem ao Domínio Público e destinam-se a acerto de extremas”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.19. -----

- 30
- Votação: Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 da IL), 05 votos contra do PSD e 01 abstenção do CH. -----

5 **Ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Emissão de Certidão para efeitos de Isenção de IMI por um período adicional de dois anos, solicitado por Rúben Tiago Martins Ribeiro – Proc. 1683/21 – CERT – Mafamude e Vilar do Paraíso”.-----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.20. -----

Votação: Rejeitado por Maioria, com 34 votos contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 da IL) e 13 votos a favor (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN). -----

15 **Ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Alteração da Postura Municipal de Trânsito na Travessa do Monte Grande e no entroncamento com a Rua da Serpente, Freguesia de Vilar de Andorinho”.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.21. -----

20 Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

**Ponto 4.22. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: -----

25 • Postura Municipal de Trânsito na Rua António Francisco de Sousa, entre a Rua das Bocas e a Travessa do Vale, Freguesia da Madalena; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Travessa Circular do Cerro, no entroncamento com a Rua da Cavada, Freguesia da Madalena; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua Delfim de Lima, no cruzamento com a Via Heitor Carvalheiras, Freguesia de Canelas; -----

30 • Alteração à Postura Municipal de Trânsito na Praceta Guilherme Rocha, no entroncamento com a Rua Delfim de Lima, Freguesia de Canelas; -----

• Alteração à Postura Municipal de Trânsito, Implementação de Sinal B2, no novo arruamento s/ denominação (entroncamento com a Avenida dos Descobrimentos), União das Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; -----

- 5
- **Alteração à Postura Municipal de Trânsito na Rua do Morangal, no cruzamento com a Rua da Pedra Alva, Freguesia de Arcozelo;** -----
  - **Alteração à Postura Municipal de Trânsito para Implementação de limitação de velocidade a 40 Km/h na Rua Central de Olival, Freguesia de Olival;** -----
  - **Alteração à Postura Municipal de Trânsito na Vereda 18 de São Bartolomeu e na Praceta de São**
- 10
- **Bartolomeu, Freguesia de Oliveira do Douro;** -----
  - **Alteração à Postura Municipal de Trânsito para Implementação de limitação de velocidade máxima a 40 Km/h na Rua Santos Pousada, Freguesia de Oliveira do Douro”.**-----

15

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.22.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

20

**Ponto 4.23. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta Final do Projeto de Regulamento que procede à Primeira Alteração ao Programa Municipal de Ação Social Gaia+ Inclusiva em Vila Nova de Gaia e respetiva Nota Justificativa”.** -----

25

**Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)**, solicitou esclarecimento relativamente ao artigo 24.º do regulamento quanto às condições de acesso “*a este benefício podem requerer a atribuição de subsídios candidatos que preencham cumulativamente as seguintes condições*” tinha dúvidas que o primeiro critério fosse serem cidadãos nacionais ou equiparados nos termos legais, e se não contemplava cidadãos residentes em Portugal que ainda estivessem em processo de obtenção de nacionalidade. Qual era a ratio legis por trás disso. Porque é que pessoas que não são portuguesas e caso vivam em Gaia não podiam usufruir desse benefício. -----

30

**Senhor Presidente da Câmara em Exercício, Dário Silva**, deu nota ao Senhor deputado que aquela era a informação técnica que possuía no momento e iria verificar posteriormente, mas se tinha sido organizado nesse sentido é porque devia haver um fundamento legal, mas, confirmaria. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.23.** -----

5 **Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 9 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do CH e 01 da IL).** -----

10 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,** referiu que na próxima reunião iriam os Pontos 4.24. relativamente ao Mapa de Pessoal para 2024, 4.25. quanto ao Orçamento Municipal e Opções do Plano, assim como o Ponto 4.26. relativamente à apreciação da informação escrita do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do município. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (**Vide anexo 4**). -----

15 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e três horas e dezoito minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

20

A Primeira Secretária

-----  
(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

25

O Presidente da Assembleia Municipal

-----  
(Albino Pinto de Almeida)

30